Estudos da Torá

Parashá nº 48 - Shoftím (Juízes)
Devarim/Deuteronômio Dt 16:18-21:9
Haftará (Separação) Is 51:12-52:12; e
B'rit Hadashah (Nova Aliança) Jo 11:1-57.

1 - INTRODUÇÃO

Iniciando nosso estudo com o costumeiro resumo, vemos que Shoftim trata primeiramente dos mandamentos a respeito da criação de um sistema de liderança na Terra de Israel, começando com a designação de cortes, juízes e oficiais em cada cidade.

O povo de Yisrael recebe ordens de requisitar um rei assim que estiver instalado em Israel. São relacionados alguns dos presentes especiais que devem ser dados aos cohanim, sacerdotes.

Após descrever a natureza da profecia, a Torá repete as leis do Ir Hamiklat, cidade de refúgio para assassinos acidentais, e descreve o caso judiciário especial de Edim Zomemim, testemunhas conspiratórias.

A Torá então fala de vários aspectos da conduta da nação durante a guerra, dizendo-lhes para não temer os inimigos, e relacionando aquelas pessoas que estão isentas do serviço militar. Deve-se primeiro dar ao inimigo a oportunidade de paz, e o povo judeu deve ser cuidadoso para não destruir nenhuma árvore frutífera durante a batalha.

A porção da Torá conclui com o caso do assassinato não resolvido e com o ritual da eglá arufá, a novilha decapitada, que serve como expiação para o povo das cidades vizinhas por não terem impedido o assassinato.

A parashá Shoftim trata principalmente a respeito da justiça dentre o povo de D'us. Juízes e oficiais ou policiais deveriam ser apontados dentre as tribos, e os procedimentos judiciais são estabelecidos, a fim de que o povo de Israel trilhasse o caminho que os tornariam uma "nação de sacerdotes e um povo santo", de acordo com Shemot/Êxodo 19:6.

Moshê estava agora instruindo o povo como eles deveriam agir para que isso acontecesse, mostrando que a justiça é o ingrediente essencial para se atingir este objetivo, e alerta Yisrael de que a "justiça, e somente a

justiça seguirás" (Devarim/ Dt 16:20). Esse texto quer dizer que o povo de Adonai deveria perseguir a justiça, ou seja, ansiar por agir de acordo com os preceitos do Senhor. Vejamos então nesse estudo o que a Torá, por meio de Moshé nos instrui a esse respeito.

2 - ESTUDO DAS PALAVRAS

Como sempre temos feito no decorrer deste ano, vamos iniciar com o significado do nome da parashá. O termo "Shoftim" é a primeira palavra que aparece no primeiro verso dessa porção.

Shoftim veshoterim titen lecha…
Juízes e oficiais designarás para ti...

Perceba que aparecem duas palavras "shoftim" (juízes) e "shoterim" (oficiais ou polícias), onde segundo o comentário da Torá, os shoftim eram os responsáveis pela administração da justiça e por resolver os assuntos judiciais, enquanto os shoterim eram responsáveis por cumprir as ordens e disposições dos tribunais ou sinédrios. Nesse sentido, o nome da parashá vem, mais uma vez a partir dessa primeira palavra, "shoftim" (juízes), pois o que se quer passar é a idéia de justiça.

De acordo com o que podemos compreender do texto bíblico, o juiz não podia fazer diferença entre o rico e o pobre, não se poderia agradar com presentes a um juiz com o intuito de conseguir favores, ou seja, todos deveriam agir com justiça e equilíbrio. E o objetivo desse mandamento é que, por meio da justiça, o mundo pudesse ser convertido no que a Torá e os profetas haviam sonhado: **o reino do Eterno sobre a Terra.**

"...designarás para ti..."

Isso transmite a ideia de um outro tipo de juízo, ou seja, a necessidade de julgarmos a nós mesmos, pois as pessoas costumam ser muito rápidas para julgar os outros e lentas para julgarem a sim mesmas. Portanto, cada um deverá ser, em primeiro lugar, juiz de si mesmo, de suas próprias ações, e condenar-se, caso seja necessário.

Vejamos o seguinte texto:

"Se um homem ou uma mulher que vive, numa das cidades que o Senhor

lhes dá, for encontrado fazendo o que o Senhor, o seu Deus, reprova, violando a sua aliança, e, desobedecendo ao meu mandamento, estiver adorando outros deuses, prostrando-se diante deles, ou diante do sol, ou diante da lua, ou diante das estrelas do céu, e vocês ficarem sabendo disso, investiguem o caso a fundo. Se for verdade e ficar comprovado que se fez tal abominação em Israel, levem o homem ou a mulher que tiver praticado esse pecado à porta da sua cidade e apedreje-o até morrer. Pelo depoimento de duas ou três testemunhas tal pessoa poderá ser morta, mas ninguém será morto pelo depoimento de uma única testemunha. As mãos das testemunhas serão as primeiras a proceder à sua execução, e depois as mãos de todo o povo. Eliminem o mal do meio de vocês." Devarim/Dt 17:2-7

Observe que o texto acima, sendo da Torá, trata de transgressão da própria Torá por idolatria, e dentro do seu contexto geral, podemos entender alguns princípios aos quais Moshê estava passando ao povo.

Estamos falando de juízes nesse estudo, mas você já parou para se perguntar o que significa ser um juiz nas Escrituras? Já demos uma noção nos primeiros parágrafos deste estudo, mas vamos tentar entender melhor agora.

De acordo com o site "emunah a fé dos santos", um juiz é uma pessoa que recebeu autoridade para pronunciar sentenças de acordo com a Torá, sobre as obras ou palavras de outras pessoas. O juiz tem que condenar o culpado e absolver o inocente sendo imparcial e justo, seguindo tudo o que a Torá determina, a partir dos princípios dela. Podemos observar o próprio livro dos Juízes, que foram homens e mulheres levantados pelo Eterno para administrar a Torá e guiar o povo no seu cotidiano, mas quando eles não agiam de acordo com o que a lei prescreve, as coisas davam errado, exatamente como esta parashá nos mostra, e aí entram as consequências da desobediência.

Já os oficiais, nesse contexto, são aqueles que executam as ordens do juiz. Sem eles o juiz não poderia fazer executar as suas ordens, e no caso não teria como controlar quem obedecia e quem não obedecia a Torá. Os oficiais ou a polícia não funciona bem sem os juízes porque precisam saber quais ordens devem executar. Por isso, o texto menciona esses dois tipos de funcionários ou de servos, e eles devem trabalhar paralelamente para que a sociedade seja beneficiada. E com isso, podemos perceber que o objetivo do

Eterno através das palavras de seu servo Moshê, sempre foi o de instruir a sociedade para que vivessem de forma digna e justa.

É importante pontuar que, do ponto de vista profético, algumas pessoas do grupo de remanescentes da casa de Yisrael serão estabelecidas como Juízes e outras como Oficiais no reino do messias, assim como ocorria no passado, e confirmamos isso através do que o Rav. Sha'ul HaShaliach (Apóstolo Paulo) diz em 1Co 6:2-3:

"Vocês não sabem que os santos hão de julgar o mundo? Se vocês hão de julgar o mundo, acaso não são capazes de julgar as causas de menor importância? Vocês não sabem que haveremos de julgar os anjos(mensageiros)? Quanto mais as coisas desta vida."

Continuando nosso estudo, o texto ainda fala que esses indivíduos mencionados, ou seja os juízes, deveriam ser escolhidos "em todas as cidades." Vamos entender isso à luz do que o povo de Israel viveu na época e como a tradição nos conta.

Haviam três tipos de tribunais em Israel, o tribunal com 3 juízes, o com 23 juízes e o com 71 juízes. Vejamos como era a distribuição desses tribunais. Nas cidades com menos de 120 habitantes tinham um tribunal chamado de Beit Din (casa de julgamentos), que era composta por três juízes. As cidades com mais de 120 habitantes tinham um tribunal com 23 juízes, que eram chamados de "pequeno sinédrio". E mais tarde, conforme a população cresceu, em Jerusalém foi estabelecido o tribunal com 71 juízes, chamado de "grande sinédrio".

Agora, como eles funcionavam? Vamos lá! As cortes de três juízes somente podiam dar sentenças sobre assuntos monetários. Já para dar uma sentença de vida e morte, seria necessário um tribunal de 23 juízes. Em Jerusalém, por ser muito habitada, haviam três tribunais, sendo dois de 23 juízes e um de 71 juízes, no qual o sumo sacerdote era o principal líder. Os membros do grande sinédrio reuniam-se num lugar designado para eles no templo. Para esse tribunal iam as causas de difícil resolução, as quais não haviam condições comuns de análise, ou que eram desconhecidas.

No verso 19 lemos: *"Não torcerás o juízo, não farás acepção de pessoas, nem tomarás suborno, porquanto o suborno cega os olhos dos sábios e perverte as palavras dos justos."* O termo no texto hebraico que foi

traduzido como “justiça” ou “juízo”, é “mishpat”. Com o propósito de não se torcer um veredicto, é necessário que não siga-se uma justiça humanista, ou que ao homem pareça justo, mas sim a que o Eterno manda na Sua Torá. Vejamos alguns textos do apóstolo Paulo que aponta essa idéia.

Em Romanos 2:17-24:
“Ora, você que leva o nome de judeu, apóia-se na lei e orgulha-se em D’us; se você conhece a vontade de D’us e aprova o que é superior, porque é instruído pela lei; se está convencido de que é guia de cegos, luz para os que estão em trevas, instrutor de insensatos, mestre de crianças, porque tem na lei a expressão do conhecimento e da verdade; então você, que ensina os outros, não ensina a si mesmo? Você, que prega contra o furto, furta? Você, que diz que não se deve adulterar, adultera? Você, que detesta ídolos, rouba-lhes os templos? Você, que se orgulha na lei, desonra a D’us, desobedecendo à lei? Como está escrito: "O nome de D’us é blasfemado entre os gentios por causa de vocês".

Em Romanos 7:7: “*Que diremos, pois? É a Torá pecado? De modo nenhum! Mas eu não conheci o pecado senão pela Torá; porque eu não conheceria a concupiscência, se a Torá não dissesse: Não cobiçarás…”*

Em Romanos 7:12: *“Assim, a Torá é santa; e o mandamento, santo, justo e bom.”*

Podemos ainda dar uma olhada em Mt 23:23, pois também está dentro desse mesmo entendimento. *“"Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês dão o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, mas têm negligenciado os preceitos mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade. Vocês devem praticar estas coisas, sem omitir aquelas.”*

Percebemos que o testemunho da própria Escritura é de que a Torá expressa a justiça de HaShem que é a base de um veredicto correto. A Torá deve ser sempre a base para que o sistema judicial de qualquer país seja justo, não se regendo por critérios humanistas nem pelo que pensa a maioria da população. Mesmo que a maioria de um povo tenha um certo tipo de comportamento, isso não significa que seu comportamento seja correto. De acordo com o site “Emunah a fé dos santos”, comum e normal são conceitos diferentes. Um comportamento comum não tem necessariamente que ser

normal, segundo as normas estabelecidas pelo homem. Só há uma justiça verdadeira e ela foi revelada de duas formas, na Torá de Moshê e em Yeshua haMashiach, conforme podemos ler em Romanos 3:21:

"Mas, agora, se manifestou, além da Torá, a justiça de D'us, tendo o testemunho da Torá e dos Profetas."

Observe que, normalmente, na maioria das bíblias, esse trecho traz a palavra "sem" no lugar de "além", até mesmo na Bíblia Judaica Completa, o termo que aparece é "à parte", no entanto, esse termo no texto grego é χωρίς "choris", que segundo o dicionário STRONG, pode significar "sem, para além de, aparte". No contexto Rm 3:21, não significa "ao contrário da Torá" ou "sem a Torá", mas significa "além da Torá", querendo dar o entendimento de que a Torá manifestou a justiça do Eterno, e para além da Torá, também Yeshua haMashiach revela a mesma justiça de uma forma diferente, mas não é outra justiça, ou uma justiça contraditória e contrária. O Messias Yeshua é a justiça do Eterno devido a vida justa que ele viveu, como lemos em 1Coríntios 1:30:

"Mas vós sois dele, em Yeshua haMashiach, o qual para nós foi feito por HaShem sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção."

Aqui a palavra grega que foi traduzida como "justiça" é *dikayosúne* que pode significar tanto justiça como justificação.

Assim, a expressão "além da Torá", em Rm 3:21, não significa que seja outra justiça diferente da Torá, mas sim que a justiça do Eterno, que é a prática da Torá, se manifestou de uma outra forma possível que não seja somente através das Escrituras, mas pela prática dela em concordância com a vida justa do messias, conforme Hb 1:1-2:

"Há muito tempo D'us falou muitas vezes e de várias maneiras aos nossos antepassados por meio dos profetas, mas nestes últimos dias falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e por meio de quem fez o universo."

Então, devemos entender que são duas revelações da Sua justiça, a

justiça do Eterno, que é a Torá e o Messias, mas é a mesma justiça revelada de duas formas distintas, e elas são próximas, e harmonizam-se.

Que venhamos buscar como alvo de nossa vida a justiça do Eterno, pois ela se manifesta em nossas vidas através da obediência à Torá e nas obras e práticas do Messias. Nossa vida deve ser sempre pautada pela justiça, não é à toa que Yeshua fala sobre a nossa justiça ser superior à de alguns religiosos hipócritas em Mt 5:20, e o apóstolo Paulo compara a justiça a uma couraça quando fala da armadura de D'us em Ef 6:14. Vivamos sempre de forma justa e acima de tudo exercendo a justiça.

Que o Eterno lhes abençoe!

Pr. Marcelo Santos da Silva(Marcelo Peregrino Silva – Moshê Ben Yossef)

Bibliografia:

- Torá - Lei de Moisés. Editora Sefer

- Bíblia Judaica Completa, Editora Vida.

- http://www.hebraico.pro.br/r/biblia/

- http://shemaysrael.com/shoftim/

- http://emunah-fe-dos-santos.weebly.com/uploads/1/4/2/3/14238883/parasha__48_-_shoftim_juzes.pdf

- http://judeu-autonomo.blogspot.com/2012/08/parashat-shoftim-juizes.html

- https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/923476/jewish/Nomear-Juzes.htm